

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em virtude de termos vindo a constatar que o Governo não responde a grande parte dos requerimentos no prazo regimental de trinta dias e só parece fazê-lo quando os remetemos novamente, o Bloco de Esquerda procede ao reenvio do requerimento onde se solicita cópia do relatório efetuado pelo grupo de trabalho que tinha como função “analisar as condições de devolução às misericórdias das unidades de saúde que se encontram sob gestão pública”, com os números 23/AC/XII/3ª, 42/AC/XII/3ª e 100/AC/XII/3ª cujo prazo de resposta se encontra ultrapassado.

De acordo com informações divulgadas em outubro de 2013 na comunicação social, o Governo estará a preparar-se para, dentro de poucos dias, entregar às misericórdias a gestão de seis hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a saber: Fafe, Cantanhede, Ovar, Serpa, Anadia e Régua. De acordo com estas notícias, o Governo pretende proceder a estas transferências já em Novembro e refere ser necessário fazer um estudo que demonstre que os encargos globais do SNS irão reduzir, pelo menos, 25%.

Ora, esta situação, a confirmar-se, necessita de clarificação urgente. Recorde-se que, em 2011, o Governo anunciou a intenção de entregar às Misericórdias a gestão dos hospitais do SNS instalados em edifícios cuja propriedade pertence às Misericórdias. No ano seguinte, em declarações à comunicação social, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, afirmou que o Governo pretendia entregar às Misericórdias cinco unidades em 2013, entre as quais se encontrariam as de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim. Alguns meses depois, surgiram notícias referindo que estava na calha a transferência das unidades de Barcelos, Anadia, Ovar e Cantanhede. Agora, anuncia-se a intenção de transferir já nos próximos dias os hospitais de Fafe, Cantanhede, Ovar, Serpa, Anadia e Régua.

Seja qual for o plano do Governo, seria pertinente conhecê-lo e discuti-lo; uma mudança profunda como esta não pode ser feita nas costas das populações, do poder local, dos serviços de saúde nem da Assembleia da República. No entanto, é cada vez mais claro que este plano não existe, nunca existiu e que o Governo vai proferindo declarações avulso sobre o assunto,

sem nunca dar a conhecer a planificação.

Recorde-se que em julho de 2012 foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de “analisar as condições de devolução às misericórdias das unidades de saúde que se encontram sob gestão pública” (Despacho n.º 10016/2012 publicado em Diário da República, 2ª série, a 25 de julho de 2012). Este grupo deveria ter apresentado um primeiro relatório até ao dia 15 de outubro de 2012. Até ver, no entanto, nada se sabe sobre este relatório.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, os seguintes documentos:

1. Cópia do primeiro relatório (apresentado até 15 de outubro de 2012) elaborado pelo grupo de trabalho, criado pelo Despacho n.º 10016/2012, que tinha como função “analisar as condições de devolução às misericórdias das unidades de saúde que se encontram sob gestão pública”.
2. Cópia do relatório final elaborado pelo grupo de trabalho criado pelo Despacho n.º 10016/2012, que tinha como função “analisar as condições de devolução às misericórdias das unidades de saúde que se encontram sob gestão pública”.

Palácio de São Bento, terça-feira, 16 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)

HELENA PINTO(BE)